

## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA

Paulo Henrique de Mendonça<sup>1</sup>

Marla Sarmento de Oliveira<sup>2</sup>

Maria Aparecida dos Santos Ferreira<sup>3</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte<sup>4</sup>

**Resumo:** Durante todo o século XX, desde as Escolas de Aprendizes Artífices, a educação profissional se desenvolveu em meio a uma dualidade estrutural, preferencialmente oferecida as classes trabalhadoras e menos favorecidas. Logo, este estudo objetiva contribuir com as reflexões acerca da história da educação profissional no Brasil e os seus principais programas, como o Programa Brasil Profissionalizado. A referida pesquisa é parte dos estudos desenvolvido no Mestrado em Educação, com ênfase na educação profissional, no Programa de Pós Graduação em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN). Para isto, utilizamos uma abordagem qualitativa, através de procedimentos metodológicos como a pesquisa documental e bibliográfica, pautada em autores como Vieira (2017), Assis (2015), Moura (2007), Canali (2009) Kuenzer (2007), Saviani (2018) e Nascimento (2012). A pesquisa evidencia a dualidade presente nas políticas educacionais que lhe sustentam, a priorização de programas de governo em detrimento de políticas de Estado.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Políticas Educacionais; Programas de Educação Profissional.

### 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Com o objetivo de contribuir com as reflexões acerca da história da educação profissional no Brasil, com ênfase nos programas de expansão como o Brasil profissionalizado, desenvolvemos esta pesquisa sob a fundamentação teórica de autores como Vieira (2017), Assis (2015), Moura (2007), Canali (2009) Kuenzer (2007), Saviani (2018) e Nascimento (2012), além das legislações que sustentam o programa e a educação profissional no Brasil.

A referida pesquisa é parte dos estudos desenvolvidos no Mestrado em Educação, com ênfase na educação profissional, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, com ênfase na modalidade de Educação Profissional (PPGEP), no Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

<sup>1</sup> Autor do artigo. Graduado em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: [phpaulohenriquern@gmail.com](mailto:phpaulohenriquern@gmail.com).

<sup>2</sup> Coautora do artigo. Graduada em Ciências Contábeis. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: [marlasoo@yahoo.com.br](mailto:marlasoo@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Professora Orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Professora na graduação e pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: [maria.santos@ifrn.edu.br](mailto:maria.santos@ifrn.edu.br).

<sup>4</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal-Central.

Acreditamos que esta pesquisa servirá de reflexão acerca da expansão da educação profissional no Brasil, assim como promoverá uma reflexão sobre o desenvolvimento dos seus programas, como o Programa Brasil Profissionalizado, objetivando fortalecer o ensino médio integrado à educação profissional.

Optamos por uma abordagem qualitativa, que “deve explicitar suas ações no campo, assim como seus interesses e dificuldades na construção do objeto. [...]. Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento.” (MINAYO, 2012, p. 626).

Como procedimento metodológico optamos por desenvolver uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 183), “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Desenvolvemos ainda uma pesquisa documental, buscando nas legislações pertinentes à temática central, além de analisar os marcos legais que sustentam essa modalidade de ensino no país. Para Gil (1999), há uma relevante semelhança entre as pesquisas bibliográfica e documental, sendo que a última está pautada em documentos que ainda não passaram pelo processo analítico de um autor/pesquisador, enquanto a primeira já passou por essa intervenção.

Diante do exposto, esse estudo encontra-se estruturado em quatro partes: a primeira que traz as notas introdutórias sobre o estudo desenvolvido, apresenta o percurso metodológico, seus objetivos e justificativa; a segunda seção traz, de forma analítica, uma abordagem sobre a história da educação profissional no Brasil; na terceira parte abordamos os principais programas da educação profissional no Brasil; Na última parte tecemos as considerações finais sobre a pesquisa.

## 2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA

Para conceituar a Educação Profissional nos remetemos ao documento *Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação e tecnológica*, elaborado pelo Ministério da educação em 2004, que dentre outros pontos a caracteriza como “elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica”. (BRASIL/MEC, 2004).

Nesse contexto, percebemos que a construção da sociedade, na conjuntura atual, está intimamente ligada à educação profissional oferecida aos sujeitos, entretanto, no contexto das políticas educacionais e das reformas diversas reformas. Nesse sentido, qual o lugar da educação profissional? Visando responder e compreender suas origens e a sua configuração atual, nos remetemos ao período da colonização do Brasil, quando os indígenas e escravos recebiam formação para desenvolver seu trabalho, enquanto a elite dispunha de uma formação acadêmica, o que pode explicar o conceito de que o trabalho é destinado as classes mais pobres e a formação acadêmica deve ser direcionada aos mais ricos, assim como a marginalização e a dualidade dessa modalidade de ensino, que ainda não foram rompidas nos dias atuais.(VIEIRA, 2017)

Com a chegada da família real ao Brasil e a escassez de mão de obra em algumas áreas, foi criado o Colégio de Fábricas, destinado a oferta de formação para os artífices oriundos da comitiva real, inaugurando um novo momento na formação da classe trabalhadora. É fato que a vinda da corte portuguesa trouxe um surto de prosperidade para o país, e nesse recorte temporal (1808 – 1822) diversas instituições foram implementadas nas províncias brasileiras com vistas a oferecer aos pobres e órfãos, de forma assistencialista, uma formação para o trabalho. Apesar de se constituir como um importante momento da educação profissional na história brasileira, nos reportamos ao início do século XIX para abordar a criação das Escolas de Aprendizes artífices, criadas por Nilo Peçanha, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, através do decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, um marco nas políticas públicas do segmento educacional (CANALI, 2009).

As Escolas de Aprendizes Artífices no Rio de Janeiro inauguram o ensino técnico no país, entretanto após a morte do presidente Afonso Pena, sendo Nilo Peçanha o seu substituto, é que estas instituições ganham o país, quando através do decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909 as demais capitais dos estados da república ganham uma unidade de ensino que ofertava o ensino profissional primário de forma gratuita, neste ano foram instaladas 19 escolas. Moura (2007, p.7) aponta que “a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da Educação Profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. ”

Cabe pontuar que Nilo Peçanha é o precursor das políticas nacionais voltadas ao ensino técnico, o que se constituiu de grande relevância para o desenvolvimento industrial da época, apesar disso, suas ações continuavam enraizadas no caráter assistencialista quando, por

exemplo, dava preferência aos mais pobres, através de um processo de admissão. (MOURA, 2007).

Por ser oferecido de forma gratuita, o financiamento das Escolas de Aprendizes Artífices, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, era de responsabilidade de todos os entes federativos. Nesse período o Brasil ainda não dispunha de uma indústria fortalecida, e o principal objetivo destas instituições de ensino acabou sendo ofertar um ensino moralizador e repressivo, construindo um “caráter” para o trabalho. Sobre esse aspecto Kuenzer (2007 p. 27) define que “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”. O que também fica claro no decreto que as legitima, apontando sua finalidade:

[...] formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso ate o numero de cinco officinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das industrias locais. (BRASIL, 1909)

Em 1930, com o processo de industrialização do país intensificado, o trabalhador brasileiro se viu em uma nova dinâmica, com exigências de formação profissional e alterações substanciais na organização do trabalho. Neste período também se constata alterações nas taxas de urbanização, que cresce vertiginosamente, provocadas pelo êxodo rural e pela geração de emprego nas novas indústrias instaladas no país. A formação dos recursos humanos necessários frente a este novo processo faz com que se crie o Ministério da educação e saúde, e com isso reformulações no segmento se tornam necessárias. (VIEIRA, 2017).

Diante desse novo cenário, a educação profissional passa por uma mudança em decorrência do Decreto nº 20.158, de 30/6/1931, reformando o ensino comercial, que deixa de ser exclusivamente primário e passa a integrar os níveis médio e superior, dando a Educação Profissional um novo status, além de gerar novos cursos e especializações para atender as necessidades emergentes. Neste mesmo ano também é criado o Conselho Nacional de Educação, objetivando direcionar das políticas educacionais do país, com isso as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser supervisionadas por este Ministério.

As décadas de 1930 e 1940, marcadas pela implantação do Estado Novo, ou Era Vargas (1937 -1945), também deixaram marcas na educação profissional que vivencia um processo de institucionalização. A primeira constituição brasileira que aborda a educação profissional, promulgada em 1937, intensificou o que Kuenzer (2007) classifica de “dualidade estrutural” já existente na modalidade e reforçou o caráter assistencialista das políticas

nacionais existentes. Os termos “pré-vocacional” e “vocacional” que aparecem no *caput* do artigo 129 explicitam o menosprezo com o que esta modalidade era tratada pelo governo Vargas:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937, p. ).

Pontuamos ainda, o grande retrocesso nas políticas educacionais brasileiras, advindos da Constituição Federal de 1937 que retira a vinculação de recursos à educação, garantida pela versão anterior do ano de 1934, onde se garantia que a União e os municípios investissem no mínimo 10% em educação e os estados e distrito federal o percentual mínimo de 20%. Na próxima seção abordaremos de forma mais específica este fato histórico de grande relevância.

Esta marca dual do governo ditatorial de Vargas prosseguiu durante grande parte de seu desenvolvimento, uma prova disso foi a reforma Capanema em 1942 que dentre outras prerrogativas estabeleceu a categorização do ensino regular brasileiro em nível básico e nível superior, assim como criou os cursos médios clássicos e científicos – atual ensino médio - preparando para o ingresso no curso superior, enquanto os cursos profissionalizantes não garantiam tal promoção. É neste cenário em que se institui o Sistema S, dando uma nova dinâmica a educação profissional do país e reforçando o ideário da CF 1937, através de cursos extremamente técnicos e aligeirados. Entre os anos de 1943 e 1946 foram criados o SENAI – SESI – SENAC – SESC, assim como uma diversa cartela de novos cursos profissionalizantes (Canali, 2009). Nesta perspectiva Moura (2007) destaca a sequência de atos legais que compõem a reforma de Capanema:

Este conjunto de decretos ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, em função do então ministro da educação, Gustavo Capanema. Os principais decretos foram os seguintes: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto Nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”<sup>3</sup>. (MOURA, 2007, p. 8)

Apesar da importância que o conjunto destes decretos teve para a educação profissional, com eles o governo brasileiro favorece a iniciativa privada, deixando-a interferir nas políticas de educação profissional, e reforçando uma formação exclusivamente destinada ao mercado de trabalho, comprometida apenas com os interesses do grande capital. As raízes desse momento histórico continuam firmes na conjuntura atual, dificultando, por exemplo, a promoção e eficácia de um ensino médio integrado a educação profissional, através de uma formação omnilateral.

Após a reforma de Capanema e frente a muitos debates, é instituída a primeira versão da Lei de diretrizes e bases da educação no país, numa conjuntura onde os índices de escolarização encontravam-se muito baixos e na contramão uma necessidade cada vez mais de mão de obra especializada. O documento histórico reconhece a integração da educação profissional ao ensino regular, assim como a equivalência plena, sem restrições, entre os cursos de nível médio profissional e propedêutico, no que diz respeito à promoção ao ensino superior (KUENZER, 2007). Apesar de, na forma da lei, a dualidade entre os cursos profissionais e propedêuticos ter acabado, o que se percebe na prática é uma realidade totalmente inversa, confirmada pelos fatos históricos subsequentes.

Em 1964 o Brasil vivencia o regime ditatorial militar, trazendo efeitos nefastos para toda a sociedade brasileira, e a educação profissional também vivencia as agruras deste período, especialmente através da Lei de diretrizes e bases da educação, Lei 5.692/1971, gerando uma profunda modificação no cenário educacional do país e buscando, de forma autoritária, impor o ensino médio profissionalizante a todos. Nesta dinâmica o ensino era dividido em 1º e 2º graus, cabendo ao primeiro promover uma formação geral ao indivíduo, assim como uma iniciação ao mercado de trabalho através de sondagem vocacional, enquanto o segundo grau habilitava para o exercício de uma profissão (ASSIS, 2015). Neste sentido, Moura (2007 p.12) explica que “uma conjugação de fatores produziu essa compulsoriedade. Por um lado, um governo autoritário com elevados índices de aceitação popular, evidentemente interessado em manter-se dessa forma”.

Em linhas gerais, na teoria, a reforma buscava superar a dualidade histórica da modalidade, visando uma formação integrada a educação profissional para todos os estudantes, entretanto, na prática a realidade se desenvolveu de forma bem diferente. Primeiro destaca-se as diferenças entre as redes públicas e privadas no desenvolvimento da reforma, enquanto a primeira foi obrigada a se adequar aos novos moldes, a segunda continuava desenvolvendo o ensino propedêutico. No cenário da rede pública de ensino, uma série de

entraves inviabilizaram o sucesso das modificações, como por exemplo, a infraestrutura inadequada das escolas, que não proporcionavam as condições necessárias para se desenvolver uma educação profissional de qualidade, dentre outros. Essa tentativa de obrigatoriedade foi fracassada e substituída pela lei n.º 7.044/1982. (ASSIS, 2015)

A resistência ao modelo educacional promovido pelo regime militar toma maiores proporções no final da década de 1970 com o advento de diversas associações de educadores, pesquisadores e intelectuais, que culminaram com o desenvolvimento das Confederações Brasileiras de Educação (CBE), em 1980, cujo principal objetivo seria interferir nos encaminhamentos das políticas educacionais do país. Fruto dessa organização emerge a proposta de reformulação da lei de diretrizes e bases da educação, 1.158-A/88 em dezembro de 1988, que após um longo período de debates acabou sendo deturpada em se transformando na LDB 9394/96. (SAVIANI, 2018).

No que concerne à educação profissional, após a promulgação da Lei nº. 7.044/1982 o ensino profissionalizante, antes obrigatório a todos os estudantes, vai perdendo sua força, e neste cenário a modalidade fica basicamente restrita a rede federal, através dos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFET's) e ao Sistema S.

Somente após a Constituição Federal de 1988 e a LDB, Lei nº 9.394/96, a educação profissional volta ao cenário de disputas, entre os principais embates vivenciados nesse período, destaca-se a aplicação do conceito de politecnia no cenário da educação profissional, num novo movimento de combate a dicotomia existente entre a educação básica e a técnica. Para Saviani (2003 p. 140) a politecnia pode ser conceituada como um “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”. Sendo assim, este novo conceito ultrapassa a visão tecnicista e restrita da formação para o exercício de uma profissão, indo na contramão do modelo hegemônico vigente no país.

Por tratar-se de um embate desigual, das forças dominantes contra uma corrente emergente da classe docente, o conceito de politecnia não foi capaz de vencer o forte receituário neoliberal que influenciou a elaboração da LDB/96. Moura (2007) destaca que:

essa perspectiva de formação integral foi perdendo-se gradativamente em função da mesma correlação de forças já mencionada anteriormente ao se tratar do embate entre educação pública e educação privada. Desse modo, o texto finalmente aprovado pelo Congresso nacional em 1996 consolida, mais uma vez, a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. (MOURA, 2007, p. 15).

Apesar da LDB de 1996 não ter considerado a educação profissional como um processo de formação omnilateral do trabalhador, um dos principais retrocessos vivenciados

por esta modalidade foi desenvolvido no ano posterior com o decreto 2208/1997, que legalizou a dualidade entre o ensino médio e propedêutico, desvinculando-os com a justificativa de que a integração das modalidades era onerosa aos cofres públicos.

Para justificar e até mesmo convencer a população da reforma da Educação Profissional, foi criado Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que através de uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, injetou cerca de R\$ 500.000.000,00 na educação profissional, sendo que grande parte desse montante foi destinado à parceria público privada, com destaque ao Sistema S, o que muitos autores caracterizam como um processo de mercantilização do ensino público. O PROEP determinou ainda que estados e municípios, em parceria com a iniciativa privada, ficassem com a responsabilidade de construir novos centros de educação profissional, isentando-se dessa responsabilidade.

O retrocesso da reforma da educação profissional desenvolvida no governo FHC também foi duramente sentido pela rede federal de Educação Tecnológica, que oferecia os cursos de ensino médio integrado a EP e que passou por transformações em seus currículos, uma delas se refere ao conceito de competências, explicitado na Resolução N° 04/99 e que diz respeito à “[...] capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999). Destacamos ainda que a reforma acabou por desvelar uma migração das matrículas da rede federal para a iniciativa privada, o que gerou uma queda acentuada na oferta da rede pública.

A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) chega ao fim no ano de 2002 com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidente da república com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja trajetória política era marcada pela defesa dos direitos sociais e de reformas no papel do Estado para romper com as desigualdades sociais. Muitos dos defensores das ideias educacionais progressistas, militantes sindicalistas e intelectuais, contrários às políticas neoliberais de FHC, uniram-se a Lula na intenção de reformas eficazes também na área da educação. No que concerne a educação profissional, ainda no período de transição de governos e durante todo o primeiro ano do mandato do novo presidente, disputas sociais são travadas objetivando a revogação do decreto 2.208/97 e a reintegração do ensino médio à EP, o que acaba acontecendo em julho de 2004 com o Decreto 5154 que promove alterações e reformula a EP no Brasil.

A proposta de reformulação da Educação Profissional, através do documento intitulado “Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação e tecnológica”, também

defende a educação politécnica, rompendo com o ideário de formação aligeirada e que prepara apenas para a instrumentalização de tarefas profissionais. Nessa perspectiva a EP visa o “o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade” (MEC, 2004, p 7.)

No novo cenário, fruto do decreto 5154/2004, a educação profissional passa a ser ofertada através de programas e de cursos de formação inicial e continuada, de nível médio técnico, graduação e pós-graduação, sendo responsabilidade dos sistemas de ensino, desde que dispunham de estrutura física e de recursos financeiros.

### 3. OS PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Desde que foi regulamentada, a Educação Profissional apresenta uma prevalência no financiamento de programas de governo em detrimento de políticas públicas efetivas. Muitos desses programas apresentam fragilidades em sua execução, o que aumenta a dualidade estrutural da modalidade, além de gerar uma sensação de ineficiência e descontinuidade. Os principais programas da educação profissional instalados no país à partir do decreto 5154/2004 são apresentados no quadro 1, explicitando os principais objetivos:

**Quadro 1- Programas de educação profissional após 2004**

Legislação/ano	Programa	Objetivo
LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.	PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e emprego	Dentre outros, o objetivo principal é a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
DECRETO Nº 6.302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007	Brasil Profissionalizado	Fomentar ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.
DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação	Ofertar cursos de educação de jovens e adultos integrados a educação profissional àqueles que não puderam cursar em idade regular.

	de Jovens e Adultos	
PORTARIA Nº <u>1.015</u> , DE 21 DE JULHO DE 2011	Programa Mulheres Mil	Objetiva promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.
LEI 12014/2009	PROFUNCIONÁRIO - Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública	Formar em nível médio dos funcionários de escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional na modalidade de educação a distância.

Fonte: SETEC/MEC (2018)

De acordo com a quadro 1 observamos que importantes projetos foram desenvolvidos durante a gestão dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, com destaque para o - Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e emprego (PRONATEC), que à época foi caracterizado como carro chefe do primeiro mandato da presidente. Nesta perspectiva, a educação profissional ganha notoriedade no país, embora o programa tenha intensificado a dualidade estrutural, ofertando cursos técnicos de forma aligeirada. Reeleita em 2014 para o segundo mandato, Dilma Rousseff elege como lema de seu governo “Brasil, uma pátria educadora”, o que despertou um anseio de melhorias na qualidade da educação, entretanto, uma das principais ações de seu breve governo, fruto de um golpe político em 2016, se constitui na ampliação de vagas e financiamento do PRONATEC.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) atende uma das camadas mais excluída da sociedade, os que não obtiveram êxito escolar na idade regular, através dos ensinos fundamental e médio integrados à educação profissional e que consideram as particularidades dos sujeitos.

Outro programa relevante no âmbito da Educação Profissional é o PROFUNCIONÁRIO que oferta qualificação para os funcionários da educação, de preferencia na modalidade à distância. Existente desde 2007, o programa ganha fomento e legitimidade como política pública no ano de 2010, quando se estabelecem as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública. O programa oferece, através dos Institutos Federais, cursos como Secretaria Escolar; Alimentação Escolar; Multimeios Didáticos; Infraestrutura Escolar; Biblioteconomia; Orientação Comunitária.

O Brasil Profissionalizado se constitui em um programa de financiamento que tem como objetivo principal estimular as redes estaduais de ensino a se responsabilizar pela educação profissional politécnica, justificando esse movimento de expansão com o crescimento econômico do país, a necessidade de formação profissional e o ainda o decreto nº 5.154 /2004 que possibilitou a integração entre o ensino médio e a educação profissional. (NASCIMENTO, 2012)

O programa, instituído através do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 e também objetiva o fortalecimento e a expansão do ensino médio integrado a educação profissional, e consiste em oferecer aporte financeiro para construção e reforma de escolas que ofertem cursos de nível médio integrados à educação profissional, além de aquisição de equipamentos pedagógicos e formação profissional docente.

Os recursos financeiros destinados pelo programa Brasil Profissionalizado, oriundos de convênios estabelecidos pelos governos federal e estadual/distrital são destinados para construção ou reformas de escolas, construção de laboratórios de ciências e informática, por exemplo, assim como para formação docente continuada. No que diz respeito a sua execução, a SETEC/MEC - Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação - é que coordena, monitora e avalia as ações desenvolvidas no programa no âmbito das redes de ensino. (BRASIL, 2008)

Contudo, apesar da grande importância do programa no contexto de expansão da educação profissional no Brasil, o desenvolvimento das ações desenvolvidas no programa Brasil Profissionalizado é permeado por entraves de grande relevância, assim como o seu financiamento, destacando-se a falta de transparência no que diz respeito à contrapartida dos recursos utilizados pelos governos estaduais. Assim, Silva (2017) destaca que um dos maiores problemas do programa é a ausência de fontes perenes na implementação das políticas e programas, assim como uma maior eficácia na sistematização e planejamento de recursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, portanto, que a principal marca da educação profissional, desde que se ganhou a primeira política pública no início do século XX, até os dias atuais, centra-se na dualidade estrutural entre as classes sociais, que necessita ser rompida com vistas a uma formação omnilateral do indivíduo.

O Brasil/MEC (2018) apresenta vários programas de expansão da Educação Profissional se configura por sua instabilidade. São programas de governo que recebem

grande atenção durante a implantação, com grande volume de recursos financeiros, se desenvolvem de forma ineficiente e em meio a problemáticas que muitas vezes não são solucionadas, e acabam não obtendo êxito. Muitos acabam não ganhando continuidade, recebendo uma nova nomenclatura nos governos subsequentes e mantendo os mesmos ou novos problemas.

Moura (2016, p. 200) atenta para o “anseio de que os programas educacionais de caráter pontual e sazonal se tornem políticas de Estado de natureza perene e permanente”, portanto, essa marca de prevalência dos programas em detrimento das políticas de estado são pautas recorrentes nos debates sobre esta modalidade de ensino.

Para obter êxito frente a esta problemática, um dos caminhos está no desenvolvimento de políticas de Estado, perenes e com financiamento eficaz, ao invés dos atuais programas que são intermitentes, frutos de políticas de governo descontinuadas.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. M. ; MEDEIROS NETA, O. M. . Educação Profissional no Brasil (1960-2010): Uma história entre avanços e recuos. ISSN 0101-8701 (impresso) 2448-0215 (*online*), v. 1, p. 190-2012, 2015.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto 4.958, 14 de novembro 1942. Estatui o fundo nacional de ensino primário e dispõe sobre o convênio nacional de ensino primário. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=530052> >. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BRASIL. Decreto 2.208, 17 de abril de 2000. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- CANALI, H.H.B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. In: Simpósio sobre Trabalho e Educação, 5., 2009, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, UFMG: 2009. Disponível em: . Acesso em: 20/08/2018.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KUENZER, A. (org.). Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo:

Atlas, 2001.

MANCE, E. O Golpe – Brics, Dólar e Petróleo / Euclides Mance. Passo Fundo: IFIBE, 2018

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciênc. saúde coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012b.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues. Financiamento e Educação Profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado Pará. 2012. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 4ª ed. 2011.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291-304, jun. 2018. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>>. Acesso em: 06 set. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>.

SILVA, F. N. et al. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO. Revista Labor, [S.l.], v. 1, n. 14, p. 120-133, mar. 2017. ISSN 1983-5000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6570>>. Acesso em: 06 sep. 2018.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JUNIOR, Antonio. A educação profissional no Brasil. Interações, v. 12, n. 40, 2017. Disponível em:<<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>>. Acesso em: 26 jul. 2018